

**LOCKE E ROUSSEAU:
aproximações e divergências quanto ao desenvolvimento da razão**

**LOCKE AND ROUSSEAU:
approximations and divergences regarding the development of reason**

Sarah da Silva Araújo

Doutoranda em Educação PPGE - UFG/FE (bolsista FAPEG).
Mestra em Educação, Linguagem e Tecnologias pela
Universidade Estadual de Goiás (UEG) - 2019 (bolsista CNPQ).
Graduação em Letras pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) - 2016 (bolsista Pro-Licen)
Graduação em Direito pelo Centro Universitário Unievangélica 2018.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5805-8219>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1817497104625069>
E-mail: sarah.pacto.go@gmail.com

Wilson Alves de Paiva

Doutor em Filosofia da Educação, pela USP; Mestre em Filosofia Ética e Política, pela UFG
Especialista em educação e graduado em Pedagogia pela UFPa.
Pós-doutor em cultura, identidade e diversidade cultural pela University of Calgary (Canadá)
em filosofia estética pela Sorbonne Université (França).
É Professor da Faculdade de Educação da UFG e
do PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG (*Stricto Sensu*).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5654-7193>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7384413996427337>
E-mail: scriswap@ufg.br

Resumo:

Este artigo busca explorar as teorias educacionais de John Locke e Jean-Jacques Rousseau, destacando suas concepções sobre a formação do indivíduo e o papel da educação. O objetivo é examinar como cada filósofo vê o desenvolvimento das capacidades humanas, com foco em suas contribuições para a moralidade, autonomia e o processo de aprender. A metodologia baseia-se na análise textual e interpretativa das principais obras de Locke, como *Some Thoughts Concerning Education*, e de Rousseau, especialmente *Emílio* ou *Da Educação*. O estudo compara suas abordagens quanto ao papel da razão, das emoções e da experiência na educação infantil, bem como suas críticas à educação formal. A hipótese central sugere que, apesar de suas diferenças, ambos os filósofos apontam para uma educação que busca desenvolver um ser humano moral e autônomo, ainda que com métodos distintos: Locke defende o ensino moral e racional desde cedo, enquanto Rousseau prioriza uma educação sensível e natural, respeitando o desenvolvimento espontâneo da criança. Resultados indicam que, para Locke, a educação deve formar indivíduos virtuosos e razoáveis, preparados para a vida em sociedade, ao passo que Rousseau propõe uma formação que privilegia a razão sensível e preserva a liberdade interior, visando proteger o indivíduo das corrupções sociais, embora também defenda a formação para a vida virtuosa.

Palavras-chave: Rousseau; Locke; razão; formação humana.

LOCKE E ROUSSEAU: aproximações e divergências quanto ao desenvolvimento da razão

Abstract:

This article explores the educational theories of John Locke and Jean-Jacques Rousseau, highlighting their views on individual development and the role of education. The objective is to examine how each philosopher perceives the development of human capacities, focusing on their contributions to morality, autonomy, and the learning process. The methodology is based on textual and interpretative analysis of Locke's main works, such as *Some Thoughts Concerning Education*, and Rousseau's, especially *Émile, or On Education*. The study compares their approaches regarding the role of reason, emotions, and experience in childhood education, as well as their critiques of formal education. The central hypothesis suggests that, despite their differences, both philosophers advocate for an education aimed at developing a moral and autonomous human being, albeit through different methods: Locke supports moral and rational teaching from an early age, while Rousseau emphasizes a sensitive and natural education that respects the spontaneous development of the child. Results indicate that, for Locke, education should shape virtuous and reasonable individuals, prepared for societal life, while Rousseau proposes an education that prioritizes sensitive reason and preserves inner freedom to protect the individual from social corruption, although Emile's formation shall direct him to a virtual life in society.

Key words: Rousseau, Locke, reason, human formation.

Introdução

John Locke (1632-1704) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) figuram entre os mais proeminentes filósofos da modernidade, cujas teorias exerceram uma influência profunda e duradoura sobre o desenvolvimento do pensamento político e educacional. Inseridos em um período de intensas transformações sociais, políticas e intelectuais, suas concepções refletem e respondem às complexas dinâmicas de sua época. Locke sustentava a primazia da razão, a liberdade individual e os direitos naturais como pilares fundamentais da organização social, enquanto Rousseau defendia uma visão da natureza humana intrinsecamente benigna, argumentando que é a sociedade que corrompe o indivíduo. Embora diverjam em aspectos centrais, ambos os pensadores são cruciais para a compreensão da filosofia moderna e das origens do pensamento político contemporâneo.

John Locke, filósofo empirista inglês do século XVII, viveu em uma época de transição entre a Idade Média e a Modernidade, caracterizada por intensos conflitos entre a monarquia e a burguesia em ascensão. Sua formação inicial foi marcada pelo humanismo e pela retórica clássica, mas Locke também demonstrou grande interesse pela química experimental e pela medicina. Suas obras abrangem um vasto leque de temas, incluindo religião, política, economia, filosofia e educação, abordando questões centrais de seu tempo. No Ensaio sobre o Entendimento Humano, sua obra filosófica mais influente, Locke desenvolve uma crítica ao inatismo, defendendo que todas as ideias se originam da experiência, acessadas por meio da sensação e da reflexão. Quanto à educação, o filósofo inglês nos convida a imaginar a mente

como uma folha em branco, destituída de quaisquer marcas ou ideias inatas. Ele questiona: como essa mente se enriquece? Qual é a fonte desse imenso acervo que a fantasia humana molda com uma diversidade quase infinita? Locke responde de maneira enfática: pela experiência. Para ele, toda a base do nosso conhecimento está ancorada na experiência, sendo dela que derivam, em última instância, todos os elementos da razão e do saber humano (Locke, 1999, p. 83).

Jean-Jacques Rousseau, o polímata suíço se destacou como romancista, compositor e tratadista da educação, cujas ideias se contrapusera, em alguns aspectos, à perspectiva educacional de Locke. Para o filósofo genebrino, a educação deveria ser centrada na criança, sendo ela tanto o ponto de partida quanto o objetivo final do processo educacional. Rousseau criticava o ensino formal da época e acreditava que a educação deveria se aproximar mais da natureza, enfatizando o aprendizado por meio da experiência direta e da observação do mundo natural. Dessa forma, ele propunha uma educação que respeitasse a individualidade e as particularidades de cada criança. Pois, uma vez que a proposta educacional de John Locke visava a formação do gentil-homem virtuoso, capaz de agir de acordo com a razão, foi duramente criticado por Rousseau na obra *Emílio ou da educação*. Para alcançar esse objetivo, Locke acreditava que a educação deveria começar desde cedo, com a formação de bons hábitos e abordando os aspectos físico, moral e intelectual do indivíduo. Enquanto Locke via a educação como um meio de moldar a virtude e a racionalidade, Rousseau via nela um processo mais natural e individualizado, voltado para o desenvolvimento livre da criança em harmonia com a natureza.

A perspectiva de Locke

Como sua perspectiva educacional não está separada de seu pensamento político, para Locke, o contrato social constitui um pacto voluntário, no qual os indivíduos consentem em estabelecer a sociedade civil com o propósito de preservar e consolidar de modo mais seguro os direitos que originalmente possuíam no estado de natureza. No contexto do estado civil, os direitos naturais e inalienáveis do ser humano — à vida, à liberdade e à propriedade — encontram-se mais eficazmente resguardados sob a proteção da lei, pela atuação de um árbitro imparcial e pela força unificada de um corpo político coeso (Mello, 2002, p. 86). Segundo ele, com o estabelecimento do pacto social, os direitos naturais não eram extintos, mas adquiriam um caráter socialmente natural. Para o filósofo, as distinções sociais não deveriam afetar os direitos naturais dos indivíduos. Todavia, o contrato social não resolvia uma contradição inerente à natureza humana, uma vez que o indivíduo mantinha, em essência, os poderes de

LOCKE E ROUSSEAU: aproximações e divergências quanto ao desenvolvimento da razão

julgar, legislar e executar — faculdades instintivas do ser humano. Esses poderes, ao serem delegados ao Estado, instauravam uma tensão entre as esferas pública e privada, configurando uma dualidade fundamental na estrutura da vida em sociedade.

A crítica de Locke dirige-se tanto ao classicismo decadente, que já havia perdido sua relevância social, quanto ao sistema educacional resistente à implementação de novos métodos pedagógicos (Gilles, 1987). Para Locke, os seres humanos, em sua condição inicial, viviam em um estado de equilíbrio, detentores da capacidade de formular normas, julgar e sancionar – isto é, de exercer os três poderes do Estado Civil: Executivo, Legislativo e Judiciário. Neste estado natural, predominavam igualdade e liberdade, e os indivíduos, já munidos de razão, praticavam a propriedade privada, conquistada pelo trabalho. Vida, liberdade e propriedade constituíam, portanto, direitos naturais inalienáveis.

Para Locke, o Estado emergia no seio da sociedade civil e deveria submeter-se a ela, funcionando como um instrumento para o seu desenvolvimento. Em sua visão, o poder Legislativo ocupava posição de primazia, já que todos os demais poderes deveriam subordinar-se a ele, garantindo, assim, um controle contra o abuso de autoridade. Para Locke, a forma específica de governo importava menos que a capacidade de legislar de forma justa e eficaz. Essa perspectiva refletia o contexto político da Inglaterra e a tensão entre o Parlamento e a Coroa durante a Revolução Gloriosa (Locke, 1999).

Locke também contemplava a possibilidade de que o poder Legislativo ou Executivo viesse a violar o pacto social, apropriando-se do poder em benefício próprio ou atentando contra o direito de propriedade dos cidadãos. Nesses casos, o filósofo defendia a legitimidade do uso da força pelo povo como forma de resistência contra a tirania de um governo corrupto. A resistência a um governo opressor, ou mesmo a uma invasão estrangeira, justificava-se, segundo Locke, pois se configurava como uma reação contra uma violência que ele considerava ainda maior e contrária aos princípios fundamentais de justiça e liberdade.

Além de sua significativa contribuição ao desenvolvimento das teorias liberais, posteriormente aprofundadas por pensadores como Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823), Locke dedicou-se intensamente à questão da origem do conhecimento. Como representante do empirismo, ele rejeitava a tese das ideias inatas, defendida por pensadores como Descartes. Para Locke, a noção de concepções inatas desconsiderava o valor da investigação especulativa e assumia um caráter dogmático e absoluto. Segundo ele, a compreensão da natureza requeria a ação prática e investigativa do homem sobre ela. Desse modo, Locke sustentava que todas as ideias derivam de nossas experiências sensoriais,

postulando que nascemos como uma tábula rasa uma folha em branco que se enriquece com as vivências e impressões adquiridas ao longo da vida.

A partir das análises das principais ideias do pensamento de John Locke, é possível delinear um modelo educacional que se originaria de um Estado baseado na concordância entre os indivíduos e na subordinação de todos os poderes ao Legislativo. Este modelo educacional deveria respeitar os direitos naturais do homem, como a liberdade, a vida e a propriedade, ao mesmo tempo em que reconheceria as diferenças entre os seres humanos como aspectos intrinsecamente naturais. O Estado, originado do pacto social, deveria agir como um juiz imparcial, sem se preocupar com a posição social de seus cidadãos, limitando sua intervenção à mínima necessária para garantir a liberdade individual e a livre iniciativa (Lago, 2002).

O pensamento de Locke abrange diversos aspectos da educação e da sociedade, desde a formação dos *gentlemen* até a qualificação dos trabalhadores para a indústria têxtil. Embora o filósofo não tenha se aprofundado nas causas das desigualdades sociais, conforme aponta Manacorda (1994), é possível perceber em sua obra um certo desprezo pela cultura tradicional, acompanhado de uma valorização do jogo, da utilidade prática das coisas e do autogoverno. Para Locke, a educação física e o trabalho desempenhavam papéis cruciais na formação de delinquentes e pobres, enquanto a cultura e a instrução intelectual eram relegadas a um segundo plano. Embora reconhecesse o impacto que a educação poderia ter na diferença entre os indivíduos, Locke não se preocupava em alterar a estrutura social. Compreender o papel da educação em sua visão, assim como sua relação com a liberdade e a propriedade, é essencial para entender a concepção de Locke sobre a função social da educação.

Para Locke, o conhecimento é um processo individual, sensível e gradual, que se desenvolve por meio de uma dialética sistemática entre sensação e razão, na qual os sentidos provocam e são provocados (Locke, 1999). Esse processo é cumulativo, sendo moldado por experiências e interações ao longo do tempo. À medida que o indivíduo percorre essa trajetória, ele adquire características éticas e morais que se consolidam em determinado estágio de sua vida em sociedade. Dessa forma, o ser humano não apenas nasce pertencente a um grupo social, mas também adquire uma identidade ao longo de sua existência, conforme interage e se integra ao contexto coletivo em que está inserido.

Locke fundamentou seu empirismo nas ideias de Bacon (1999) sobre o conhecimento como poder e empreendeu uma análise profunda da psicologia humana para compreender o processo cognitivo. Com uma abordagem orgânica, o empirismo de Locke se apresenta já no início do primeiro capítulo de sua obra *Ensaio sobre o Entendimento Humano* (Locke, 1999). Ao investigar a origem do pensamento humano, Locke questiona como as ideias são formuladas

LOCKE E ROUSSEAU: aproximações e divergências quanto ao desenvolvimento da razão

pela mente. Sua resposta é clara e direta: a experiência é a base lógica do conhecimento. Segundo o filósofo, "as observações que fazemos sobre os objetos exteriores e sensíveis ou sobre as operações internas da nossa mente, de que nos apercebemos e sobre as quais nós próprios refletimos, fornecem à nossa mente a matéria de todos os pensamentos" (Locke, 1999, p. 106). Assim, ele defende que a experiência, tanto sensorial quanto reflexiva, é o fundamento essencial para a formação do conhecimento humano.

No pensamento empirista de Locke, todo o conhecimento humano origina-se de fontes externas e internas. As sensações externas são percebidas por meio das qualidades dos objetos, como cores, temperaturas, profundidades e texturas, sendo necessário o processo de experiência sensorial para compreender esses objetos. Além disso, as ideias formadas e as operações que ocorrem internamente na mente humana também constituem uma fonte válida de experiência. Por meio da análise e reflexão, motivadas pelas sensações de pensar, querer e raciocinar, o ser humano se torna consciente de suas próprias ações, por meio de uma capacidade que Locke denomina sentido interior. De acordo com Locke (1999), essas experiências, tanto externas quanto internas, são a base de todo o conhecimento humano, sustentando a ideia de que o entendimento é moldado pela interação com o mundo e pela reflexão sobre essa interação.

Para Locke, as ideias constituem a base do conhecimento, e a experiência é a única fonte confiável de saber. A definição de ideia em sua teoria é abrangente, incluindo todos os conteúdos da consciência, como percepções sensoriais, imaginação e vontade. Essa abordagem é uma crítica direta à teoria do inatismo, que ele refuta com veemência. Em outras palavras, a teoria de Locke (1999) se opõe ao inatismo, sustentando que o conhecimento não é algo inato, mas sim derivado da experiência sensorial e da reflexão, fundamentando-se no empirismo e na racionalidade como meios para estruturar e compreender as experiências adquiridas ao longo da vida.

John Locke retrata, pois, o pensamento crítico de seu tempo, no qual assegura que toda a afirmação deve ser comprovada por meio da experiência, tendo em vista, que a investigação experimental pode desmascarar as falsas verdades escondidas no discurso social. Esse pensador liberal se interessava pelo funcionamento cognitivo do indivíduo e investigava as formas pelas quais a mente adquire o conhecimento. Para tanto, Locke estudou todo o trajeto percorrido pelo conhecimento no ser humano, desde a formulação do saber até que esses dados sejam armazenados na memória. (Teruya et al., 2010, p. 11).

O empirismo, em sua essência, enfatiza a relevância da ciência no desenvolvimento dos sentidos cognitivos e epistemológicos da mente. Locke defendia uma pedagogia fundamentada na experiência sensorial, atribuindo maior importância aos sentidos do que ao

estudo das palavras ou ao ensino de línguas. Embora tenha proposto novos conceitos educacionais e uma abordagem inovadora para a escola, Locke não era favorável à universalização da educação, sustentando uma visão de sociedade marcada pela divisão social entre as classes ricas e pobres. Para ele, a educação deveria ser diferenciada, com ênfase na formação dos indivíduos conforme sua posição social.

Locke se opõe diretamente ao pensamento de Descartes, que defende a ideia de que o homem nasce com ideias inatas, e refuta a concepção de que a racionalidade é uma capacidade pré-existente. Em contraste, Locke sustenta que o homem nasce sem ideias preconcebidas, sendo a aprendizagem um processo natural que decorre da experiência sensorial. No entanto, Locke reconhece à razão um papel fundamental na obtenção e apreensão do conhecimento. Para ele, a razão é responsável por sistematizar as percepções complexas adquiridas pelos sentidos, organizando e coordenando essas impressões de forma a construir um sistema de verdades gerais e utilizáveis, a partir da experiência vivida.

Suponhamos então que a mente seja, como se diz, um papel em branco, vazio de todos os caracteres, sem quaisquer ideias. Como chega a recebê-las? De onde obtém esta prodigiosa abundância de ideias, que a ativa e ilimitada fantasia do homem nele pintou, com uma variedade quase infinita? De onde tira todos os materiais da razão e do conhecimento? A isto respondo com uma só palavra: da experiência. Aí está o fundamento de todo o nosso conhecimento; em última instância daí deriva todo ele (Locke, 1999, p. 106).

Para o filósofo inglês, a educação deveria ser fundamentada na experiência, observação e prática. Locke atribuía grande importância ao papel dos pais e tutores no processo educacional, considerando que estes deveriam ser os responsáveis por orientar e estimular o desenvolvimento da criança. Um ponto de convergência entre as ideias de Locke e Rousseau é a ênfase na liberdade individual. Locke acreditava que todos os indivíduos nascem livres e iguais, e que o Estado tem a responsabilidade de garantir a proteção dessas liberdades. Rousseau, por sua vez, defendia que a natureza humana é intrinsecamente boa, e que a sociedade corrompe a liberdade natural do homem. Ele acreditava que a educação deveria ter como objetivo principal restaurar essa liberdade e reconectar o indivíduo à sua natureza inata. Como afirma Gianoutsos: “Assim, os métodos educacionais de Locke e Rousseau enfatizam a criação ou a natureza, baseados em diferentes visões de inclinações e em vários objetivos para o futuro da criança educada” (Gianoutsos, 2006, p. 18).¹

¹ “Thus, the educational methods of Locke and Rousseau emphasize either nurture or nature, based on differing views of inclinations and on varying aims for the future of the educated child” (GIANOUTSOS, 2006, p. 18).

LOCKE E ROUSSEAU: aproximações e divergências quanto ao desenvolvimento da razão

Rousseau vê o desejo como uma força fundamental que impulsiona o sujeito em busca de sua realização. Em contraste com o pensamento de Locke, que concebia o desejo como um simples impulso em direção à felicidade, Rousseau argumenta que o desejo é algo mais complexo, sendo uma energia que precisa ser cultivada e direcionada para que o sujeito possa alcançar seu pleno desenvolvimento. Para Rousseau, a educação deve considerar as necessidades e os desejos naturais do indivíduo, buscando maneiras de integrá-los às normas e regras sociais de forma construtiva, sem reprimi-los. Dessa maneira, o desejo é encarado como uma força positiva e essencial no processo de desenvolvimento do ser humano, que, quando bem orientado, contribui para a construção de um indivíduo livre e autêntico, em harmonia com sua natureza e com a sociedade.

Tem-se muito trabalho para buscar os melhores métodos de ensinar a ler; inventam-se escrivatinhas, mapas; faz-se do quarto da criança uma oficina gráfica. Locke pretende que a criança aprenda a ler com os dados. Não é uma invenção bem pensada? Que pena! Um meio mais seguro do que tudo isso é aquele que sempre é esquecido: o desejo de aprender. [...] O interesse presente, eis o grande motivo, o único que leva com segurança e longe (Rousseau, 1973, p. 110.).

Para Locke, a formação moral é o principal objetivo de sua proposta educacional, visando moldar o homem de maneira a agir conforme os princípios da razão burguesa. O aspecto intelectual da educação, por sua vez, busca capacitar o espírito humano a aprender e se tornar apto a adquirir qualquer tipo de conhecimento. Locke enfatiza que a educação é determinante na formação do caráter e na utilidade do indivíduo para a sociedade. Como ele afirma: “[...] de todos os homens com os quais nos encontramos, nove partes de dez são o que são, bons ou maus, úteis ou não, pela sua educação. Ela é o que faz a grande diferença entre os homens” (Locke, 1986, p. 31). Para Locke, a educação tem o poder de moldar não apenas o intelecto, mas também a moralidade e as virtudes do indivíduo, influenciando diretamente sua posição e seu papel na sociedade.

Para Locke, a educação deve ser abrangente, incorporando não apenas os aspectos intelectuais e morais, mas também o desenvolvimento de habilidades práticas e sociais. Ele acreditava que a educação deveria ser complementada com instruções de atividades como baile, música, esgrima, equitação, o aprendizado de um ofício e até viagens ao exterior, a fim de possibilitar ao educando o aprendizado de línguas estrangeiras e o aprimoramento da sabedoria e prudência nas interações com pessoas de diferentes culturas. O papel do educador, segundo Locke, é moldar a conduta do aluno e formar seu espírito, com ênfase na virtude como elemento essencial da educação. Ele afirma: “[...] a virtude somente, a única coisa difícil e essencial na

educação [...]” (Locke, 1986, p. 102). Em outro trecho, ele destaca que a virtude é “[...] a primeira e a mais necessária das qualidades que correspondem a um homem ou a um cavalheiro” (Locke, 1986, p. 189), refletindo a centralidade da moralidade em sua visão educacional.

Locke critica o inatismo e as suas implicações no modelo educacional da época, desafiando a visão de que o homem seria plenamente passivo em relação à sua formação. Ele contesta a ideia de que a educação deveria se concentrar predominantemente na memória, propondo, em vez disso, uma abordagem que visse o intelecto como um instrumento ativo na busca pela verdade, autocontrole e autonomia. Locke propôs uma educação centrada no prazer e no gosto, rompendo com a pedagogia do medo e sugerindo que a educação deveria ser mais voltada para o desenvolvimento das potências individuais, preparando o indivíduo para a vida e para a sociedade. Ele acredita que a severidade excessiva nos castigos prejudica mais do que ajuda no processo educacional, como ele expressa em sua obra: “[...] a grande severidade nos castigos faz muito pouco bem e, pelo contrário, muito mal na educação; [...] os meninos mais castigados são os menos aptos para serem os homens melhores” (Locke, 1986, p. 75). Esse enfoque enfatiza a importância de uma abordagem mais humana e equilibrada na educação, que favorece a formação do caráter e a capacidade de aprender de forma autodirigida.

Embora Rousseau e Locke critiquem a visão racionalista dominante em suas respectivas épocas, não se pode afirmar que ambos eram contrários à razão em si. Na verdade, ambos reconheciam a razão como uma ferramenta essencial para a compreensão do mundo e para o desenvolvimento humano. No entanto, eles tinham concepções diferentes sobre o papel da razão na formação do indivíduo e na sociedade. Locke enfatizava a importância do conhecimento adquirido pela razão, especialmente através da experiência sensorial, como base para a formação moral e política do indivíduo. Para ele, a razão era crucial no processo de aprendizagem e na capacidade de organizar e sistematizar o conhecimento, sendo fundamental para a formação de um cidadão virtuoso e racional dentro de uma sociedade civil.

A perspectiva de Rousseau e o contraste com Locke

Por outro lado, Rousseau colocava maior ênfase na experiência sensível como a base para o desenvolvimento moral e político do indivíduo. Para ele, a razão deveria ser cultivada, mas em sintonia com a natureza e as emoções do ser humano. Rousseau acreditava que a razão, quando separada da experiência direta e da liberdade natural, podia se tornar corrompida, como ocorre na sociedade moderna. Ele defendia que a educação deveria respeitar a liberdade e a espontaneidade da criança, permitindo que ela desenvolvesse sua razão de forma autêntica, sem

LOCKE E ROUSSEAU: aproximações e divergências quanto ao desenvolvimento da razão

as distorções impostas pela sociedade. Assim, embora ambos defendessem a razão como essencial, Locke via a razão como um instrumento para a adaptação do indivíduo às normas sociais, enquanto Rousseau via a razão como algo que deveria ser livre e espontâneo, desenvolvido em harmonia com a experiência direta e a liberdade natural do ser humano.

Locke e Rousseau, ambos fundamentais para o desenvolvimento da teoria educacional, apresentaram visões divergentes sobre o papel da razão e da educação. Locke enfatizava a importância da experiência, observação e prática na formação do indivíduo. Ele via a participação ativa dos pais e tutores como essencial para guiar o desenvolvimento da criança, com foco no raciocínio e na aplicação de preceitos morais desde a infância. Locke acreditava que a educação deveria promover a formação moral e intelectual, moldando o caráter e a capacidade de agir de acordo com a razão. Rousseau, por sua vez, criticava essa abordagem, especialmente o foco excessivo na razão e na moralidade desde cedo. Em sua obra *Emílio*, Rousseau diz: “Raciocinar com as crianças era a grande máxima de Locke; é a que está mais em voga hoje; seu êxito não me parece, entretanto, muito de molde a justificar-lhe o crédito” (Rousseau, 1973, p. 74). Para Rousseau, a criança deveria ser o centro do processo educacional, e a educação deveria ser baseada na experiência direta e na observação da natureza, permitindo que a criança se desenvolvesse de maneira espontânea e natural. Rousseau criticava a aceleração do processo racional e a introdução precoce de normas morais, acreditando que isso interferia no desenvolvimento natural e genuíno da criança.

Em resumo, enquanto Locke via a razão e os preceitos morais como fundamentais na educação desde cedo, Rousseau defendia uma abordagem mais naturalista, em que o desenvolvimento da razão e dos princípios morais deveria ocorrer de forma gradual e em sintonia com as experiências vividas pela criança.

Apesar de suas divergências em termos de política e epistemologia, tanto Locke quanto Rousseau compartilharam uma ênfase comum na importância da liberdade individual e da formação moral no processo educacional. Locke, em sua proposta educacional, visava moldar um cavalheiro virtuoso, que agisse conforme a razão. Ele dava grande importância ao desenvolvimento dos aspectos físicos, morais e intelectuais da educação, e acreditava que bons hábitos e o papel ativo do educador eram cruciais para a formação do caráter e do comportamento do aluno.

Em contraste, Rousseau defendia uma educação mais centrada na criança, com foco em sua individualidade. Ele acreditava que a educação deveria ajudar a criança a recuperar sua liberdade e natureza inatas, permitindo que se desenvolvesse de forma espontânea, em harmonia

com a experiência e a observação direta da natureza. Para Rousseau, o objetivo da educação não era acelerar o processo racional nem impor preceitos morais antes do tempo, mas respeitar o ritmo natural da criança.

Ambos os filósofos, com suas visões contrastantes, desempenharam papéis fundamentais na evolução das teorias educacionais modernas. Locke contribuiu para a valorização da razão e da moralidade na educação, enquanto Rousseau inspirou uma visão mais naturalista e individualista do processo educativo. Suas ideias continuam a alimentar debates e reflexões sobre o papel da educação na sociedade, particularmente no que diz respeito à liberdade, ao desenvolvimento moral e ao papel do educador.

Em síntese, tanto Rousseau quanto Locke não são contra a razão, mas questionam sua primazia sobre as emoções e a experiência sensível na formação do indivíduo. Para ambos, a razão deve ser equilibrada pela sensibilidade e pela vivência concreta, de modo a garantir uma formação moral completa. Eles reconhecem a importância da razão como ferramenta para compreender o mundo e tomar decisões, mas ressaltam que o ser humano não é apenas racional, mas também emocional e sensível. Portanto, a educação deve abranger essas diferentes dimensões para que o indivíduo possa viver de acordo com sua natureza e se tornar uma pessoa virtuosa e plena.

Rousseau valorizava a sensibilidade e a intuição humana, em suas obras, como no texto do Primeiro Discurso de 1749. Ele acreditava que a consciência moral era crucial para uma vida feliz e virtuosa em sociedade, chegando a louvá-la de modo exaltado, como no trecho abaixo:

Oh! virtude, ciência sublime das almas simples, serão necessários, então, tanta pena e tanto aparato para conhecer-te? Teus princípios não estão gravados em todos os corações? E não bastará, para aprender tuas leis, voltar-se sobre si mesmo e ouvir a voz da consciência no silêncio das paixões? Aí está a verdadeira filosofia; saibamos contentarmo-nos com ela e, sem invejar a glória desses homens célebres que se imortalizam na república das letras, esforcemo-nos para estabelecer, entre eles e nós, gloriosa distinção [...] (Rousseau, 1999a, p. 214).

Neste e em outros trechos, Rousseau destaca que tanto a moralidade quanto a virtude são essenciais para a vida em sociedade. Ele critica a ênfase nas ciências e nas artes, argumentando que essa obsessão levou os homens a negligenciar a moral e a virtude, o que resultou em uma sociedade corrompida e desigual. Para Rousseau, o verdadeiro conhecimento reside no entendimento de si mesmo, sendo esse o conhecimento mais elevado e crucial para a moralidade. Ele defende que o homem deve voltar sua atenção para suas necessidades espirituais, em vez de se concentrar apenas nas necessidades físicas. Por fim, Rousseau sugere que é fundamental equilibrar a busca pelo conhecimento científico com a prática da moralidade

LOCKE E ROUSSEAU: aproximações e divergências quanto ao desenvolvimento da razão

e da Além disso, Rousseau destaca que a moralidade e a virtude são fundamentais para a vida em sociedade, e que a busca pelo conhecimento científico não deve prevalecer sobre a formação moral. Ele afirma que a educação natural, especialmente na primeira infância, não visa introduzir diretamente a criança nos princípios da moralidade, mas sim promover o “desenvolvimento saudável do corpo e a sensibilização por meio da educação pelas coisas” (Dalbosco, 2009, p. 182). Em seus Discursos sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, Rousseau defende que o homem deve buscar o autoconhecimento e equilibrar a busca pelo saber científico com a moralidade e a virtude, como condição essencial para a construção de uma sociedade justa e harmônica.

Rousseau fundamenta sua teoria pedagógica na ideia de que todos os indivíduos têm a capacidade de ouvir a voz de sua natureza, que se torna a base de sua formação moral. Ele afirma: “Observai a natureza e segui o caminho que ela vos indica. Ela exercita continuamente as crianças; ela enrijece seu temperamento mediante experiências de toda espécie; ela ensina-lhes desde cedo o que é pena e dor” (Rousseau, 1973, p. 22). Rousseau propõe uma educação da razão sensitiva, voltada para o autoconhecimento, pois acredita que essa razão é silenciosa e intuitiva, anterior à razão intelectual. Ele argumenta que as crianças são orientadas pela razão sensitiva antes de desenvolverem a razão pura, sendo esse tipo de conhecimento proveniente da experiência sensível do mundo. Assim, Rousseau defende que a educação deve seguir os ditames da natureza e das experiências sensoriais do indivíduo, respeitando seu ritmo e evitando a imposição das convenções sociais, a fim de promover um desenvolvimento integral que inclua o físico, o emocional e o intelectual.

Segundo Rousseau, a razão sensitiva é uma forma silenciosa e intuitiva de conhecimento, que se desenvolve a partir da experiência sensível do mundo e das interações práticas com a vida cotidiana. Para ele, a educação da razão sensitiva é essencial para controlar e direcionar os desejos e emoções naturais do indivíduo, visando o bem comum. Essa abordagem é apresentada no livro *Emílio ou Da Educação*, onde Rousseau propõe uma educação que respeita o ritmo natural do indivíduo, guiada pelas experiências sensíveis, evitando a influência nociva das convenções sociais. A ênfase na educação da razão sensitiva, que prioriza a formação emocional e prática, se opõe ao modelo educacional de sua época, que favorecia o ensino de conhecimentos teóricos e racionais em detrimento do desenvolvimento emocional. Como Rousseau observa: “Tudo que participa da ordem moral e do interesse da sociedade não deve desde logo ser-lhes apresentado, pois elas não se acham em condições de entendê-lo” (Rousseau, 1973, p. 188-189).

Através da razão sensitiva, Rousseau acredita que é possível educar as emoções e desejos naturais do ser humano, permitindo que estes sejam controlados e direcionados para o bem comum. Ele defende que, durante a infância, as crianças devem ser expostas principalmente a objetos puramente físicos, que são compreensíveis e significativos para elas em seu estágio de desenvolvimento. Rousseau argumenta que é um erro exigir das crianças a compreensão de questões morais e sociais complexas, que elas não têm interesse imediato e não são capazes de entender. A educação, para ele, deve respeitar a capacidade da criança e sua natural progressão, evitando sobrecarregar sua mente com conceitos que ainda não estão ao seu alcance.

[...] como o mundo intelectual ainda nos é desconhecido, nosso pensamento não vai mais longe do que nossos olhos e nosso entendimento só se estende com o espaço que mede. Transformemos nossas sensações em ideias, mas não pulemos de repente dos objetos sensíveis aos objetos intelectuais. É pelos primeiros que devemos chegar aos outros. [...] Tornai vosso aluno atento aos fenômenos da natureza, muito breve o tornareis curioso. Mas, para alimentar sua curiosidade, não vos apresseis nunca em satisfazê-la. Ponde os problemas ao seu alcance e deixai-o que os resolva. Que nada saiba, porque vós lho dissestes, e sim porque o compreendeu sozinho. Que ele não se avizinhe à ciência, que a invente. Se jamais substituídes em seu espírito a autoridade à razão, ele não raciocinará mais; não será mais do que o juguete da opinião dos outros (Rousseau, 1973, p. 175).

Segundo Rousseau, a criança possui formas próprias de pensar que variam de acordo com a sua idade, e é fundamental respeitar essas diferenças para um desenvolvimento cognitivo e moral adequado. Em sua obra *Emílio*, o filósofo destaca a importância da razão sensitiva, que precede o desenvolvimento da razão intelectual. Rousseau acredita que a razão sensitiva é a base para o entendimento do mundo, sendo essencial para o controle das emoções e desejos. Além disso, ele enfatiza que é crucial oferecer à criança apenas conteúdos que ela possa compreender, evitando apresentar informações que demandem um entendimento mais avançado, pois isso poderia prejudicar o seu processo de aprendizagem. Essa preocupação com as condições de compreensão da criança é um aspecto central de sua proposta pedagógica, que visa respeitar o ritmo natural de desenvolvimento e promover uma educação que seja verdadeiramente eficaz e formativa.

Rousseau argumenta que a formação da criança deve seguir a ordem natural do desenvolvimento humano, começando com a razão sensitiva, que é responsável por formar ideias simples a partir das sensações físicas e dos obstáculos do ambiente. Em um segundo estágio, a razão intelectual se desenvolve, utilizando as ideias simples para formar ideias mais complexas. Para Rousseau, o homem é, por natureza, dotado de sentimentos bons antes de

LOCKE E ROUSSEAU: aproximações e divergências quanto ao desenvolvimento da razão

pensamentos racionais, e a educação deve preparar o indivíduo para manifestar sua bondade natural. O filósofo propõe, portanto, que seu método educacional siga os princípios da natureza, guiando a criança do mundo das sensações até o desenvolvimento inicial da razão. Ele afirma: “Supondo, portanto, que meu método seja o da natureza e que eu não me tenha enganado na aplicação, teremos levado nosso aluno, através do país das sensações até os confins da razão pueril: o primeiro passo que vamos dar além deve ser um passo de homem” (Rousseau, 1973, p. 164).

O papel da educação na fase da primeira infância é essencial para incentivar o desenvolvimento da criança, permitindo que ela reconheça suas próprias limitações e explore suas potencialidades. A educação deve proporcionar à criança a liberdade de agir, porém, essa liberdade precisa estar contida nas limitações naturais de suas forças e na relação de dependência com o adulto. Além disso, a educação deve ensinar à criança a lidar com a privação e a ausência de certos desejos, preparando-a para entender que nem tudo pode ser imediatamente alcançado. Nesse sentido, a educação tem um papel central, funcionando como o ponto de equilíbrio, como em um movimento pendular (Araújo e Paiva, 2024) que orienta o movimento da criança, ajustando-a tanto às suas capacidades quanto às restrições do mundo ao seu redor, para que seu desenvolvimento seja gradual e saudável.

[...] na busca do equilíbrio entre os desejos e as faculdades, pois querer formar em excesso as faculdades da criança, reprimindo seus desejos, significa não compreendê-la adequadamente. Significaria, bem ao contrário, como alerta Rousseau, querer transformá-la precocemente num adulto, matando, com isso, a alegria e a felicidade própria da infância. A questão não consiste, portanto, nem em diminuir os desejos, nem, muito menos, em ampliar as faculdades [...] (Dalbosco, 2012, p. 1123).

Dalbosco (2012) identifica dois princípios filosóficos fundamentais da educação natural proposta por Rousseau: o caráter negativo e a relação entre desejo e poder, e amor de si e amor-próprio. O caráter negativo refere-se à negação do ensino direto sobre virtude e verdade durante as primeiras fases do desenvolvimento. Nesse momento, a educação não impõe valores morais ou dogmas, mas visa preservar a razão sensitiva da criança, permitindo-lhe aprender por meio da experiência e da percepção dos sentidos. A criança, portanto, é incentivada a sentir e perceber o mundo antes de ser desafiada a discernir entre o certo e o errado, entre o vício e a virtude, o que preserva sua capacidade de desenvolvimento natural, sem as influências corruptoras da sociedade. Essa abordagem reforça a ideia de que, antes de se deparar com juízos

morais e sociais, o ser humano deve ser livre para explorar e compreender o mundo de forma intuitiva, sendo sua avaliação inicialmente baseada nas percepções sensoriais.

O papel da educação natural, conforme Dalbosco (2012), é permitir que a natureza atue sobre a criança, garantindo que o desenvolvimento de suas faculdades ocorra de maneira gradual e no momento certo, sem pressa ou antecipação dos progressos. Durante a primeira infância, os adultos têm a responsabilidade de proteger as crianças de influências externas que possam introduzir vícios ou sentimentos inadequados ao seu estágio de desenvolvimento. Dalbosco enfatiza a importância da razão sensitiva neste processo, pois ela é a principal forma pela qual a criança percebe e interage com o mundo ao seu redor. Nesse período, a criança ainda não tem capacidade de discernir valores morais ou éticos, sendo mais adequado focar no desenvolvimento de suas habilidades sensoriais. A razão sensitiva, portanto, é a base para o aprendizado da criança, permitindo que ela aprenda a sentir e usar seus sentidos de forma a formar julgamentos mais complexos à medida que cresce. Ela representa a maneira como a criança se relaciona com o mundo e é essencial para seu desenvolvimento inicial.

Segundo Rousseau, a natureza é quem determina o momento apropriado para o desenvolvimento dos órgãos e sentidos da criança. A educação deve, portanto, seguir o ritmo da natureza, permitindo que o desenvolvimento da criança aconteça no tempo certo, sem pressa ou antecipação dos progressos. O papel do adulto é, essencialmente, garantir que a educação acompanhe a marcha natural do crescimento da criança, respeitando suas fases e capacidades. Para Rousseau, a liberdade é uma característica inerente ao ser humano, fundamental para a moralidade, e deve ser preservada para que o indivíduo aja com autenticidade e virtude. A liberdade não é concedida por outros, mas deve ser protegida pelo próprio indivíduo contra influências corruptoras. Em sua obra *Emílio*, Rousseau propõe que o objetivo da educação é fazer com que o indivíduo atinja uma liberdade interior, que se baseia em sua consciência e nos seus sentimentos genuínos, e não em normas externas como as ciências, as artes ou a filosofia. A verdadeira educação, para Rousseau, permite que o indivíduo interaja com a sociedade de maneira autêntica, sem ser levado pelas paixões ou opiniões alheias, mas guiado pelo próprio coração e pela sua visão do mundo.

Rousseau argumenta que o conhecimento científico é irrelevante para *Emílio* até os doze anos, pois ele não favorece o desenvolvimento da sua voz interior, da consciência e da conexão com a natureza. Ao invés de promover a verdadeira sabedoria, o ensino das ciências pode desviar a criança para paixões artificiais e vaidades impostas por uma sociedade corrompida. Para Rousseau, é a voz interior, ou a razão sensitiva, que deve guiar *Emílio*, fortalecendo suas paixões naturais e ajudando-o a distinguir e controlar as paixões não naturais

LOCKE E ROUSSEAU: aproximações e divergências quanto ao desenvolvimento da razão

e prejudiciais. A educação, portanto, deve focar na formação dessa razão sensitiva, garantindo que a consciência da criança esteja protegida contra as corrupções externas, permitindo-lhe agir de maneira autêntica e virtuosa.

Nossas paixões são os principais instrumentos de nossa conservação: é portanto empresa tão vã quão ridícula querer destruí-las; é controlar a natureza, [...] Nossas paixões naturais são muito restritas; são os instrumentos de nossa liberdade, tendem a conservar-nos. Todas as que nos subjugam e nos destroem vêm de fora; a natureza não nos dá, nós nos apropriamos delas em detrimento dessa natureza (Rousseau, 1973, p. 231-232).

Rousseau destaca que a razão sensitiva, embora muitas vezes desvalorizada, é uma forma válida e essencial de conhecimento que deve ser central na educação. Ele acredita que a criança deve ser ensinada a sentir e a perceber o mundo de maneira crítica, e não de forma passiva, aceitando as convenções sociais sem questionamento. A razão sensitiva, para Rousseau, é uma ferramenta fundamental no desenvolvimento de um indivíduo autônomo e livre. Nesse contexto, ele enfatiza a importância da liberdade como uma característica intrínseca ao ser humano, sendo a base da moralidade nas ações. A liberdade, para Rousseau, não é algo que é dado por outros, mas uma qualidade natural que deve ser preservada. Assim, a educação deve proteger a criança contra as corrupções externas, permitindo-lhe cultivar sua autonomia e tomar decisões com base nos sentimentos genuínos que surgem de sua própria natureza.

Para Rousseau, o conhecimento científico é inútil para Emílio até os doze anos de idade, pois o incitará a paixões não naturais. É na fase de experimentar e sentir, anterior ao julgar e refletir, que a consciência moral é preparada e definida para a vida adulta. O preceptor deve proteger o aluno dos vícios e vaidades sociais, fortalecendo as potencialidades naturais e o conhecimento de si mesmo, como afirma Dalbosco (2011, p. 81):

Antes de desenvolver sua racionalidade, a criança deve, primeiramente, fortalecer o corpo e exercitar seus sentidos, que são instrumentos de sua inteligência. [...] O corpo necessita do exercício dos sentidos para ganhar a direção certa, pois ao mesmo tempo em que a criança o fortalece adequadamente, exercita também os sentidos. A experiência dos sentidos permite prever os efeitos dos movimentos do corpo, corrigindo os erros e aumentando a precisão e o discernimento conforme as necessidades naturais.

Considerações finais

Ao criticar a posição de Locke, Rousseau afirma que o abuso das faculdades humanas é a principal causa da infelicidade e da corrupção moral. Ele argumenta que o homem que vive de forma simples, em um estado de natureza, é menos suscetível aos males e paixões que afligem a sociedade civilizada. A partir dessa perspectiva, ele sugere que as características

essenciais do ser humano em sua condição primitiva — como a liberdade, a perfectibilidade e os sentimentos de amor de si e de piedade — também são evidentes na infância. Rousseau acredita que, assim como o homem em seu estado natural, a criança possui essas qualidades fundamentais e, portanto, a educação deve respeitar essas inclinações naturais, permitindo que elas se desenvolvam sem a interferência destrutiva das convenções sociais. Como Dalbosco (2012) ressalta, essa visão de Rousseau defende que a infância, assim como o estado natural do homem, é um período em que o indivíduo deve ser guiado pela simplicidade e autenticidade de seus sentimentos, antes de ser corrompido pelos vícios e pela complexidade da vida social.

Ainda de acordo com Rousseau, tanto o homem em seu estado natural quanto a criança, antes do desenvolvimento da razão intelectual, compreendem o mundo por meio da razão sensitiva. Essa forma de razão, diferente da razão intelectual, é baseada nas percepções sensoriais e na experiência direta do mundo, em vez de abstrações ou conceitos lógicos. Isso não significa que a criança não raciocine, mas que sua relação com o mundo é mais intuitiva e emocional do que intelectual. Segundo Dalbosco (2012), nessa fase de desenvolvimento, a virtude não pode ser ensinada da mesma maneira que em uma fase mais avançada da vida, pois a criança ainda não é capaz de compreender ou aplicar valores morais de forma racional. Portanto, o objetivo da educação deve ser ensinar a criança a sentir e a compreender suas percepções sensoriais antes que sua razão intelectual se desenvolva, para que, quando ela começar a usar a razão, tenha uma base sólida de experiências e sentimentos que a ajudem a tomar decisões mais equilibradas e conscientes.

Segundo Paiva (2008), ao discutir a relevância do trabalho com os sentimentos na educação, a tarefa pedagógica se mostra complexa e multifacetada. Esse processo envolve o desenvolvimento tanto da sensibilidade passiva, que é receptiva, quanto da sensibilidade ativa, que atua no mundo, além da expansão do eu e da localização do indivíduo em relação a si mesmo, à natureza e ao sistema social. Na transição da sensibilidade passiva para a ativa, observa-se um movimento de crescimento que reflete a função educativa dos três mestres apontados por Rousseau no início do *Emílio*. Para que o ser humano seja pleno, é necessário que a razão seja aprimorada pelos sentimentos. Paiva (2008) enfatiza que, no *Emílio*, Rousseau não propõe um sentimentalismo exagerado como o dos poetas românticos, mas, sim, uma integração dos sentimentos com a racionalidade, oferecendo uma nova dimensão à formação humana: "[n]o *Emílio*, não temos um sentimentalismo amorfo e extremado, como foi desenvolvido pelos poetas românticos no século seguinte, mas uma condição de ser da racionalidade e um redimensionamento da formação humana" (Paiva, 2008, p. 176).

LOCKE E ROUSSEAU: aproximações e divergências quanto ao desenvolvimento da razão

A visão de Rousseau fundamenta-se na crença de que a educação pode moldar um novo ser humano alinhado com os ideais do Iluminismo, que valoriza a possibilidade de “plasmar o novo Homem de fora para dentro” (Dozol, 2006, p. 18). Rousseau propõe que, em vez de impor uma forma externa sobre a alma, a nova educação deve ser sensível aos impulsos que surgem de dentro dessa alma (Dozol, 2006, p. 18). Dessa maneira, a educação atua como peça-chave para alinhar as vontades individuais com a vontade geral. Dozol (2006, p. 47) observa que “é aí que entra a educação, peça-chave no processo de conformação das vontades particulares à vontade geral. Educação para a virtude – condição para a possibilidade do pacto – é, pois, a divisa do projeto político-formativo rousseauiano.”

Por fim, a teoria pedagógica de Rousseau, centrada na educação da razão sensitiva, valoriza a formação baseada na natureza e nas experiências sensíveis do indivíduo, sublinhando a importância de controlar e orientar os desejos naturais para o benefício comum. A perspectiva de Rousseau critica o modelo escolar de sua época, que priorizava o ensino teórico e racional em detrimento da educação emocional e prática. Para ele, a formação adequada da razão sensitiva é crucial para proteger a consciência contra a corrupção e capacitar o indivíduo a participar da vida social sem ser dominado pelas paixões e opiniões alheias, guiando-se por seu próprio coração. Em síntese, a abordagem educacional de Rousseau visa a criação de um novo tipo de ser humano, capaz de harmonizar liberdade individual e responsabilidade social.

Portanto, Conforme destaca Boto (2010), o *Emílio* vai além de uma obra pedagógica, abordando aspectos fundamentais da condição humana ao propor uma periodização da vida e do aprendizado. Da mesma forma que o conceito de estado de natureza define os princípios do ser humano, a educação revela os princípios da infância. Rousseau, ao refletir sobre a infância, aproxima intencionalmente as características da criança àsquelas do homem em seu estado natural: “Quando pensa na situação da infância, Rousseau propositalmente aproxima os atributos da criança daqueles pertencentes ao homem no estado de natureza” (Boto, 2010, p. 215). Este é um ponto que nenhum outro iluminista abordou com profundidade, exceto Rousseau, em um movimento que podemos denominar de iluminismo paradoxal. Esta abordagem vai contra a ênfase extrema na razão, iniciada por Locke e sustentada pelos philosophes, propondo uma fórmula aparentemente paradoxal: a combinação da razão com a sensibilidade.

Referências

- BACON, Francis. **Novum Organum ou verdadeiras Indicações acerca da Interpretação da Natureza**. São Paulo: Editora Abril Cultura, 1999.
- DALBOSCO, Cláudio Almir (Org.). **Filosofia e educação no Emílio de Rousseau: o papel do educador com governante**. São Paulo: Editora Alínea, 2011.
- DALBOSCO, Claudio Almir. **Paradoxos da educação natural no Émile de Rousseau: os cuidados do adulto**. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 106, p. 175-193, jan./abr. 2009.
- DALBOSCO, Claudio Almir. Princípios filosóficos e pedagógicos da educação natural em Rousseau: uma investigação sobre o segundo livro do Émile. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.33, n. 121, Dec. 2012. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/es/a/bvJgLLRMYm9VpXHSFJcRhch/?lang=pt> > . Acesso em: 20 mai. 2023
- GIANOUTSOS, Jamie. *Locke and Rousseau: early childhood education*. **The Undergraduate Journal of Baylor University**, Vol. 4, n. 1, 2006. Disponível em: <https://www.baylor.edu/content/services/document.php?id=37670>. Acesso em: 23 de out. de 2023.
- GILES, Thomas Ranson. **História da educação**. São Paulo: E.P.U., 1987.
- LAGO, Clenio. **Locke e a educação**. Chapecó: Argos, 2002.
- LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. Trad. Anoar Aiex. São Paulo: Nova Cultura, 1999.
- LOCKE, John. **Pensamientos sobre la educación**. Madrid: Akal, 1986.
- LOCKE, John. **Some thoughts concerning education**. Mineola, New York: Dover, 2017.
- MANACORDA, Mário. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 2000.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. Locke e o individualismo liberal. In WEFFORT, Francisco Correia (org). **Os clássicos da política**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- PAIVA, Wilson Alves de. **Homem e cidadão na obra pedagógica de Rousseau**. Cadernos de Educação | FaE/PPGE/UFPEL | Pelotas, [31]: 163 - 184, jul./dez. 2008.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Tradução de Lourdes Santos Machado. Introduções e notas de Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado. S. Paulo: Nova Cultural, 1999a. (Coleção Os Pensadores; volume II).
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. São Paulo: Difel, 1973.
- TERUYA, Teresa Kazuko; CARVALHO, Aline Moura ; LUZ, Márcia Gomes Eleutério da ; GOMES, I. de O. As contribuições de John Locke no pensamento educacional. In: **IX Jornada do HISTEDBR**, 2010, Belém. Jornada HISTEDBR. Belém: UFPA, 2010. p. 1-18.